

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - COMUNICAÇÃO

**JORNALISMO E INFÂNCIAS NA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: A ÉTICA DE
NARRAR O DESLOCAMENTO FORÇADO**

Leandro Barbosa (comunicacao.leo@gmail.com)

A crise climática é, antes de tudo, uma crise humana que se manifesta de forma aguda em corpos, territórios e vínculos de comunidades inteiras. Entre os grupos mais afetados estão crianças e adolescentes, cujas infâncias são atravessadas por perdas territoriais, rupturas de vínculos afetivos e interrupções no direito à educação. A intensificação de eventos climáticos extremos – enchentes, deslizamentos, secas prolongadas e tempestades – tem provocado deslocamentos forçados em escala global, configurando um dos principais vetores de mobilidade contemporânea (IDMC, 2025). Apenas entre 2016 e 2021, foram registrados mais de 43,1 milhões de deslocamentos internos de crianças no mundo, número que equivale a 20 mil deslocamentos infantis por dia (UNICEF, 2023). Esse processo evidencia a face geracional da injustiça climática, pois incide sobre populações que menos contribuíram para o aquecimento global e que, ao mesmo tempo, enfrentam os maiores riscos e vulnerabilidades. No Brasil, o cenário é igualmente grave: em 2024, mais de 1,1 milhão de pessoas foram deslocadas internamente, em sua maioria em razão de enchentes, deslizamentos e secas (IDMC, 2025), o que compromete de maneira direta os direitos fundamentais da infância e amplia desigualdades históricas, em especial em comunidades racializadas, periféricas, indígenas e quilombolas (Belmont, 2023). Embora organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Save the Children, já

alertem para os impactos da emergência climática sobre a infância, as políticas públicas ainda não integram crianças e adolescentes como grupo prioritário em estratégias de adaptação e mitigação (UNICEF, 2022; Save the Children, 2022). Do mesmo modo, a cobertura jornalística acerca do tema permanece incipiente, frequentemente reduzindo a presença das infâncias a estatísticas ou retratando-as sob o viés da vitimização e do sensacionalismo. Essa invisibilidade midiática reforça apagamentos sociais e simbólicos e compromete a capacidade da comunicação de incidir em políticas de proteção. Diante disso, o presente projeto tem como objeto de estudo as vivências e memórias de crianças deslocadas por desastres climáticos, com o objetivo de investigar como suas narrativas podem subsidiar práticas jornalísticas mais éticas, dialógicas e comprometidas com a justiça climática. A hipótese é que, ao contemplar as experiências infantis, o jornalismo pode desempenhar de forma mais efetiva sua função pública, mobilizando solidariedades, evitando a fadiga da compaixão e contribuindo para a formulação de políticas protetivas. O referencial teórico desta pesquisa se estabelece no campo do jornalismo humanitário e de paz, que constitui um dos pilares da investigação, ao propor práticas orientadas pela ética da escuta, pela denúncia de violações e pela promoção da justiça social. Autores como Galtung (2003) e Shinar (2007) apresentam fundamentos do jornalismo de paz, que busca superar abordagens reducionistas centradas apenas na violência, enfatizando a construção de narrativas que favoreçam a transformação de conflitos. Somam-se a essa abordagem os trabalhos de Scott, Bunce e Wright (2019; 2023), pioneiros nos estudos do jornalismo humanitário, que têm por objetivo sensibilizar audiências diante do sofrimento humano. No contexto brasileiro, estudos como os de Victor e Sanches (2020; 2023) contribuem para pensar a comunicação em situações de desastres e deslocamentos forçados, articulando o jornalismo humanitário como meio de reconhecer os sujeitos afetados como protagonistas de suas histórias. Em paralelo, a literatura sobre espetacularização do sofrimento e fadiga da compaixão problematiza os limites das narrativas midiáticas baseadas em imagens de impacto e apelos emocionais. No jornalismo, Moeller (1999) introduz o conceito de compassion fatigue para designar o desgaste emocional gerado pela exposição contínua ao sofrimento, que pode resultar em indiferença social. A sociologia da infância constitui outro eixo central, ao propor um deslocamento epistemológico em relação às formas tradicionais de compreender a criança. Sarmento (2005) e Sarmento e Gouvêa (2008) defendem a infância como uma categoria social e histórica, superando perspectivas adultocêntricas. Nesse campo, as crianças são compreendidas

como sujeitos plenos de direitos, com agência e capacidade de produzir cultura, memórias e interpretações próprias do mundo. Essa abordagem permite valorizar as narrativas infantis sobre os deslocamentos forçados, reconhecendo-as não apenas como vítimas, mas como atores sociais que elaboram experiências de perda, reconstrução e pertencimento. Por fim, as epistemologias do Sul, formuladas por Santos e Meneses (2010) e aprofundadas por Acosta (2016), fornecem bases críticas para pensar a comunicação a partir de perspectivas descolonizadoras. Esse referencial denuncia o epistemicídio, ou seja, a sistemática invisibilização de saberes e experiências situadas nas margens, e propõe uma ecologia de saberes que valorize vozes historicamente silenciadas. No caso desta pesquisa, trata-se de considerar as crianças em deslocamento forçado não como objetos de estudo, mas como sujeitos de conhecimento, cujas falas, memórias e expressões podem desafiar os enquadramentos midiáticos tradicionais. A metodologia proposta é qualitativa e interdisciplinar, composta por três etapas: revisão bibliográfica sistemática; análise da cobertura da grande imprensa brasileira sobre deslocamentos forçados entre 2015 e 2025, com foco na presença (ou ausência) das infâncias; e pesquisa etnográfica com crianças deslocadas em territórios atingidos por enchentes, deslizamentos e estiagens. Serão utilizados grupos focais e atividades de produção de narrativas por meio de desenhos e relatos orais, respeitando as formas próprias de expressão infantil e os protocolos éticos de pesquisa com menores. A triangulação entre literatura, mídia e experiências infantis busca oferecer uma compreensão ampla e crítica sobre como o jornalismo pode narrar deslocamentos climáticos de modo ético, cuidadoso e transformador. Os resultados esperados incluem a identificação de lacunas na cobertura jornalística sobre infâncias em mobilidade climática; a compreensão das formas como crianças elaboram suas vivências de deslocamento; e a proposição de diretrizes comunicacionais que integrem jornalismo humanitário, infância e justiça climática. Ao analisar tanto os enquadramentos midiáticos quanto as narrativas infantis, a pesquisa busca contribuir para a construção de um jornalismo mais sensível, capaz de ampliar escutas, promover memória e fortalecer a cidadania de crianças e adolescentes em contextos de crise. Em conclusão, a dissertação pretende demonstrar que o jornalismo, ao assumir a escuta das infâncias deslocadas, pode desempenhar um papel fundamental na construção de uma opinião pública qualificada e de políticas de proteção integral. Trata-se de um compromisso ético, político e intergeracional: narrar o deslocamento forçado não apenas como estatística ou tragédia episódica, mas como expressão de

injustiças estruturais e como oportunidade de transformação social. Reconhecer crianças como sujeitos de direitos e protagonistas de mudança é condição para avançar rumo a um jornalismo comprometido com a justiça climática e com o futuro das próximas gerações.

Palavras-chave: jornalismo humanitário e de paz; infâncias; mudanças climáticas; deslocamento forçado; justiça climática.